

Despacho n.º 35/2021

Considerando que:

- I. **Leandra Margarida Prata Cordeiro** solicitou ao Presidente do IPV a realização das provas para atribuição do título de especialista na área de Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco;
- II. De acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 27/2021, de 16 de abril, e artigo n.º 12.º do Regulamento para Atribuição do Título de Especialista do Instituto Politécnico de Viseu (IPV), aprovado por Despacho do Presidente do IPV, de 1 de junho de 2010 (publicado em Diário da República sob n.º de Regulamento 523/2010, 2.ª série, n.º 111 de 9 de Junho), compete ao Presidente do IPV a nomeação do Júri das provas para atribuição do título de especialista nos casos em que o Instituto se constitui como instituição instrutora;
- III. Por força dos normativos legais supracitados, concretamente o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 27/2021, de 16 de abril, e alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento, o Presidente do Júri é o Presidente do IPV, podendo esta competência ser delegada nos termos do n.º 4 do artigo 12.º daquele diploma e n.º 4 do artigo 13.º do Regulamento.

Pelo presente Despacho:

- Delego a presidência do júri das provas para atribuição do título de especialista na área científica de Enfermagem, na Vice-Presidente deste Instituto Professora Doutora Manuela Maria da Conceição Ferreira.

E

- Designo, para integrarem, como vogais, do mesmo Júri as seguintes individualidades:



- **Ana Maria Nunes Português Galvão**, Professora Coordenadora Principal, proposta pelo Instituto Politécnico de Bragança ao abrigo do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de agosto, alterado, pelo Decreto-Lei n.º 27/2021, de 16 de abril.
- **Maria José das Dores Martins**, Professora Coordenadora, proposta pelo Instituto Politecnico de Portalegre ao abrigo do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 27/2021, de 16 de abril.
- **Maria João Amante Sebastião**, Professora Coordenadora, proposta pela Escola Superior de Educação de Viseu ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 27/2021, de 16 de abril.
- **Ivone Almeida**, membro do Conselho de Especialidade em Psicologia do Trabalho, Social e das Organizações, proposta pela Ordem dos Psicólogos ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 27/2021, de 16 de abril.
- **Gabriela Longo**, membro do Conselho de Especialidade em Psicologia do Trabalho, Social e das Organizações, proposta pela Ordem dos Psicólogos ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 27/2021, de 16 de abril.

Viseu,

O Presidente do IPV

João Monney Paiva